



**Prefeitura Municipal de Patos de Minas**  
*Secretaria Municipal de Administração*  
*Comissão Permanente de Licitações*  
**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

Pregão Eletrônico nº 016/2017- PROCESSO nº 177/2017- REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA.

**Impugnante:** Comercial Soares e Mota Ltda - ME - Processo nº 7.287/2017

Apresentou impugnação em 12/05/2017, sob o protocolo nº 7.287/2017 aos termos do edital epigrafado de forma tempestiva, o licitante Comercial Soares e Mota Ltda - ME conforme prazos estabelecidos no item VI do edital e na forma da lei.

Em síntese, a impugnante discorre conforme a seguir:

“Solicitar para todas as empresas licitantes que seja apresentado para a qualificação técnica na assinatura do contrato para os lotes 01, 02, 03, 04, 07, 10, 11, 12, 13, 19, 23, 24, 25, 41, 42, 43, 44 e 45:

- **Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) emitida pelo Ministério da Saúde (ANVISA) para SANEANTES quanto for o caso e PRODUTOS DE HIGIENE quando for o caso;**

– que seja determinar-se à republicação do edital, devidamente corrigido, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei 8.666/93.”

Após recebimento da impugnação, a Pregoeira encaminhou à Procuradoria Geral do Município- PGM, para análise e emissão de parecer jurídico acerca das alegações do recorrente, que se manifestou da seguinte maneira:

*Inicialmente cabe destacar que a Vigilância Sanitária do Município já analisou as impugnações anteriormente apresentadas e já emitiu, após percuente análise dos termos deste edital, sua análise técnica (fls 389 anverso e verso).*

*A presente impugnação tem por escopo exigir que o Município exija dos licitantes vencedores a AFE sob o argumento de que só podem participar deste certame empresas atacadistas.*

*Em que pese o zelo do impugnante, tal argumento não deve prosperar. A uma, porque não há lei que obrigue a Administração Pública, em certames licitatórios, a só adquirir produtos de empresas atacadistas e excluir as empresas varejistas.*

*Como é do conhecimento do licitante impugnante, há sim, norma legal que obriga a Administração a adquirir produtos de empresas que sejam ME/EPP ou equiparadas.*

*Dizer que, pela grande quantidade a ser adquirido do objeto deste pregão eletrônico, o Município só possa contratar com empresas atacadistas é jogar por terra Princípio Constitucional insculpido no inc. IX do art. 170 da CF/88.*

*A duas, e principalmente, porque na retificação proferida por esta municipalidade já há a previsão da exigência da AFE para assinatura do contrato, dispensada apenas no caso do licitante ser comércio varejista.*

*A três. Exigir que só participem empresas atacadistas fere de morte o art. 3º da Lei 8.666/93 que assim dispõe:*



**Prefeitura Municipal de Patos de Minas**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Comissão Permanente de Licitações**

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991"

Por fim cabe trazer à baila algumas deliberações do TCU sobre os editais de licitação:

"A licitação não deve perder seu objetivo principal, que é obter a proposta mais vantajosa à Administração, mediante ampla competitividade, a teor do art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. Acórdão 1734/2009 Plenário (Sumário)

Abstenha de incluir cláusulas em edital que venham a impor ônus desnecessários aos licitantes, (...) por implicar restrição ao caráter competitivo do certame, em violação ao art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. Acórdão 1227/2009 Plenário

Promova o devido processo licitatório, na contratação de obras, serviços e fornecimento de bens, de forma a perseguir a proposta que seja mais vantajosa para o órgão, nos termos dos princípios estatuídos pela Lei nº 8.666/1993. Acórdão 279/2008 Plenário

É inconstitucional e ilegal o estabelecimento de exigências que restrinjam o caráter competitivo dos certames. Acórdão 539/2007 Plenário (Sumário)

Observe rigorosamente as disposições contidas no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 c/c o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, obedecendo aos princípios constitucionais da publicidade, da igualdade, da isonomia e da impessoalidade, de modo a impedir restrições à competitividade. Acórdão 819/2005 Plenário"

Diante do exposto, com fulcro na anterior análise da Vigilância Sanitária do Município (fls 389 anverso e verso), na retificação publicada no dia 04 de maio e enviada ao impugnante, no art. 3º da Lei 8.666/93 e o que mais consta nestes autos, opina esta PGM pela total improcedência da impugnação apresentada pelo licitante CSM Ltda-ME (Processo Administrativo nº 7.287/2017).

Após parecer da Procuradoria Geral do Município o Secretário Municipal de Administração, Sr. José Martins Coelho, analisou os fundamentos de tal, DECIDIU pelo improvimento da impugnação interposta pelo licitante Comercial Soares e Mota Ltda – ME.

Comunica-se que, a impugnação recebida, o parecer da PGM e da Decisão do Secretário de Administração - Autoridade Superior foram juntados aos autos e estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Patos de Minas, 15 de maio de 2017.

  
**Juliana Silva Caixeta**  
**Pregoeira**